

MP denuncia Nunes após fala contra promotor de SP em evento

Prefeito de São Paulo recusou proposta de acordo antes do envio da ação à Justiça

O Ministério Público do Estado de São Paulo apresentou denúncia criminal contra o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), após declarações feitas por ele contra um integrante da instituição durante um evento com empresários realizado na capital paulista. A denúncia foi encaminhada à 2ª Câmara de Direito Criminal e trata de suposta prática de injúria.

Início do caso

O caso tem origem em declarações públicas feitas por Nunes em março de 2024, quando comentou uma investigação conduzida pelo Ministério Público relacionada à contratação para fornecimento de água durante o Carnaval de 2024. Na ocasião, o prefeito direcionou críticas ao promotor responsável pelo procedimento, associando sua atuação a motivações político-partidárias e utilizando termos ofensivos.

O integrante do Ministério Público citado por Nunes é Ricardo Manuel Castro, que atuou em procedimento relacionado a questionamentos sobre possíveis irregularidades em contrato firmado pela administração municipal para distribuição de água durante o período carnavalesco. A investigação discutia valores pagos e pedia análise sobre eventual prejuízo aos cofres públicos municipais.

Proposta de acordo

Antes de formalizar a denúncia, o Ministério Público do Estado informou ter oferecido ao prefeito paulistano uma proposta de transação penal. Pelo modelo apresentado, haveria pagamento de R\$ 50 mil, com destinação dos recursos a uma instituição social ou ao Fundo de Incentivo à Segurança Pública. Segundo o órgão, a proposta não foi aceita pela defesa.

De acordo com o relato



Caberá ao Judiciário analisar se a denúncia será recebida contra o Prefeito Ricardo Nunes

apresentado pelo Ministério Público, os advogados do prefeito Ricardo Nunes manifestaram formalmente desinteresse em qualquer composição e rejeitaram tanto eventual acordo civil quanto a possibilidade de transação penal. Com isso, o procedimento avançou para o oferecimento da denúncia criminal contra Ricardo Nunes.

Declarações em encontro empresarial

As declarações que motivaram o caso ocorreram em um encontro voltado a lideranças empresariais. Na ocasião, o prefeito de São Paulo foi questionado sobre impactos de ações judiciais e investigações sobre projetos da administração municipal paulistana. Ao responder, afirmou que sua crítica não era direcionada à instituição Ministério Público, mas a integrantes específicos envolvidos em processos contra a gestão.

Prefeitura e MP

O episódio está relacionado a uma disputa já existente entre a Prefeitura da Capital e o Ministério Público em torno do contrato investigado. Na época em que o procedimento foi aberto, a administração municipal sustentou que os valores pagos incluíam custos adicionais ligados à operação e à logística do fornecimento de água e informou ter apresentado documentos para defender a regularidade da contratação.

Após as declarações do prefeito, a Procuradoria-Geral de Justiça e entidades representativas da carreira divulgaram manifestações públicas classificando as falas como incompatíveis com a relação institucional entre os Poderes e com o exercício das funções constitucionais do Ministério Público. As manifestações também destacaram que divergências sobre investigações e ações judiciais devem

ser tratadas pelos meios legais.

Ação de improbidade

Na ação de improbidade relacionada ao contrato, a promotora apontou suspeitas de sobrepreço, direcionamento e inconsistências em documentos utilizados no procedimento de contratação, com estimativa de prejuízo superior a R\$ 1 milhão aos cofres públicos da cidade. A Prefeitura, por sua vez, sustentou que os custos analisados não poderiam ser comparados apenas ao valor unitário do produto, alegando despesas operacionais na execução do serviço.

Agora, caberá ao Judiciário do Estado de São Paulo analisar se a denúncia será recebida e se haverá abertura de ação penal contra o prefeito Ricardo Nunes. Caso o processo avance, a fase seguinte prevê manifestação da defesa e eventual produção de provas antes de uma decisão sobre o mérito do caso.

Prefeitura amplia área de subsídio para retrofit de moradia popular no centro

A Prefeitura de São Paulo ampliou o perímetro de aplicação da política de subvenção econômica destinada à requalificação de edifícios voltados à moradia popular na região central da capital. A medida foi oficializada por decreto publicado nesta terça-feira (26) e altera as regras para concessão de apoio financeiro a projetos de retrofit destinados à Habitação de Interesse Social (HIS) e à Habitação de Mercado Popular (HMP).

Com a mudança, o incentivo deixa de ficar restrito ao perímetro do programa Requalifica Centro e passa a abranger todo o território da Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central nos casos relacionados às modalidades habitacionais de interesse social e mercado popular. Na prática, o alcance territorial da política aumenta e incorpora no-

vas áreas da região central.

Até então, os empreendimentos elegíveis estavam concentrados em imóveis nos distritos da Sé, República e em parte do Brás, dentro da área contemplada pelo Requalifica Centro. Com a nova regulamentação, passam a integrar o perímetro também os distritos do Bom Retiro e Pari, além de áreas da Bela Vista, Santa Cecília e Liberdade.

Segundo dados da administração municipal, o território contemplado pela política de incentivo passa de aproximadamente 1.170 hectares para cerca de 2.780 hectares. A expectativa é ampliar o número de projetos aptos a participar dos próximos processos de seleção pública para obtenção do benefício.

A subvenção econômica integra a política urbana voltada à ocupação e recuperação de imóveis subutili-



Bairros do Bom Retiro, Pari, Bela Vista, Santa Cecília e Liberdade

zados ou sem uso na região central. Prevista na Lei nº 17.844, de 2022, ela permite o financiamento de até 25% dos custos das obras de requalificação. O percentual efetivamente concedido varia conforme critérios

definidos pelo município.

Entre os fatores considerados para a definir o apoio financeiro estão características do empreendimento, o tipo de uso previsto, aspectos relacionados à preservação do

patrimônio edificado e elementos ligados à inserção urbana e adoção de soluções consideradas sustentáveis.

O orçamento estimado é de até R\$ 1 bilhão. A maior parte deve ser direcionada para projetos destinados a famílias de menor renda. O modelo reserva 60% para empreendimentos com faixas de Habitação de Interesse Social, para famílias com renda de até seis salários mínimos. Outros 15% serão à Habitação de Mercado Popular, para famílias com renda de até dez salários.

A ampliação do perímetro ocorre após três ciclos de chamamentos públicos realizados desde a criação da política. Segundo os dados divulgados pela prefeitura, 31 projetos foram credenciados para receber subvenção econômica até o momento, dos quais seis voltados especificamente à Habitação Social.